

Simonsen acha difícil Brasil

obter novos recursos

— Nada é impossível, mas será muito difícil para o Brasil conseguir que os banqueiros internacionais concedam novos empréstimos (dinheiro novo) este ano — disse ontem o professor Mário Henrique Simonsen.

Segundo Simonsen, mesmo que o superávit da balança comercial agora em 1985 seja menor do que o previsto e que o Governo brasileiro demonstre a seus credores que poderá vir a ter a necessidade de perder 3 bilhões 500 milhões de dólares de suas reservas para pagar os juros, os bancos deverão resistir à idéia de emprestar mais dinheiro, neste exercício.

— Se o Brasil tinha mesmo 7 bilhões de dólares de reservas líquidas em dezembro do ano passado, tem todas as condições de arcar com essa perda de reservas de 3 bilhões 500 milhões de dólares. E eu creio que os banqueiros não vão se comover com o fato de o país ter de abrir mão de uma parcela de suas reservas para pagar os juros — explicou o ex-Ministro, tendo voltado a afirmar, mais uma vez, que os banqueiros não costumam conceder empréstimos apenas para que um devedor possa acumular reservas internacionais.

Haveria talvez maior benevolência, disse ainda Simonsen, caso o Governo brasileiro provasse que a queda no superávit comercial, este ano, deverá ser causada por fatores de economia internacional. Mas se o superávit tender a ser menor do que o do ano passado (que atingiu 13 bilhões de dólares) por uma decisão interna brasileira, como, por exemplo, a de importar mais para permitir um crescimento maior da economia, o ex-Ministro considera que a barganha com os banqueiros por novos empréstimos será dura.



Mário Henrique Simonsen aprova a decisão dos atuais negociadores da dívida externa de optarem por um adiamento na retomada das negociações. De acordo com ele, o Governo está certo ao querer elaborar uma Carta de Intenção mais realista ao Fundo Monetário Internacional, sendo razoável esperar um pouco pelos efeitos das medidas econômicas já adotadas, com o objetivo de controlar a inflação e a expansão da base monetária. “Os bancos — afirmou — podem muito bem esperar por um mês ou dois para voltarem a negociar com o Brasil o novo acordo de financiamento da dívida externa.”

Monetarismo x política fiscal

A respeito da política econômica interna, que vem sendo adotada pela Nova República para combater a inflação, Si-

monsensen apóia, de certa forma, o Ministro do Planejamento, João Sayad, ao querer aumentar a carga tributária no país, ao invés de centrar toda a força da luta contra a ascensão dos preços.

Somente controlando o déficit fiscal, observou, seja através da elevação dos impostos ou de um corte mais profundo nos gastos governamentais, é que a inflação cairá a médio e longo prazo. Com as medidas que já foram adotadas — corte nas despesas de 10%, maior controle monetário e congelamento dos preços por 30 dias — o ex-Ministro acha que a inflação em abril cairá, mas nada assegura que se manterá nos próximos meses.

— Nos Estados Unidos — afirmou — é possível eliminar os efeitos do déficit fiscal através de política monetária, pois basta o Federal Reserve aumentar um pouco os juros para que os investidores estrangeiros apliquem seus recursos nos EUA, financiando dessa forma o déficit público norte-americano. Mas, no Brasil, a elevação dos juros não acarreta, é claro, o aumento dos investimentos estrangeiros em nossa moeda. A saída é, portanto, conter o déficit.

Para Simonsen, os juros têm de ser reais, mas também não podem “ser tão reais” como estão atualmente no país. Essa elevação dos juros que vem ocorrendo nas últimas semanas, segundo ele, gera várias distorções na economia:

— Em primeiro lugar, aumenta o déficit público, já que o principal devedor do país é o Governo. Em segundo lugar, acarreta a queda dos investimentos. E o último ponto a ser destacado é que piora a distribuição da renda, já que juros altos só beneficiam os aplicadores de dinheiro, em detrimento dos que vivem de salários.